

ESTUDO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: REGIÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS CENTRO E NORTE DA CIDADE DE RECIFE/PE

Carlos André de L. MORORÓ (1); Maria José G. de MELO (2); Aline C. de ANDRADE (3)

(1) IFPE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Av. Prof. Luiz Freire, 500 - Cidade Universitária – Recife – PE, e-mail: vivendoutopias@yahoo.com.br

(2) IFPE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, e-mail: mariajgmuaab@gmail.com

(3) IFPE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, e-mail: alinetropo@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo tem como principal objetivo identificar situações conflituosas nas práticas de gestão e planejamento urbano e ambiental nas RPAs (Regiões Político Administrativas) 1 (Região Centro) e 2 (Região Norte) da cidade de Recife/PE. Para proceder à identificação dos conflitos foram realizados estudos exploratórios para o levantamento de informações gerais e específicas junto a órgãos públicos responsáveis pelo gerenciamento de denúncias podendo, a partir disso, obter uma compreensão acerca do contexto sócio-político no qual se formam os conflitos socioambientais dessas regiões diagnosticando os temas, agentes, interesses e valores intervenientes típicos desses conflitos, concomitantemente a identificação foi realizada, para servir como fundamentação para a pesquisa, uma revisão bibliográfica e documental em bibliotecas e na Internet. Foram identificados nas RPAs conflitos relacionados a diversos temas, dentre eles: poluição sonora e atmosférica, destinação de resíduos sólidos e crimes contra a fauna e flora, além disso, apresentaram em sua maioria os moradores locais das regiões como principais atores, participando diretamente das situações conflituosas em busca de seus interesses e disputas.

Palavras chaves: Conflitos socioambientais, gestão e planejamento urbano, RPAs 1 e 2, Recife/PE

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade, o aumento da pobreza e a urbanização dos grandes centros baseada numa dinâmica predatória, provocam graves conflitos socioambientais que afetam intensamente os setores mais pobres da população tanto nas áreas rurais como nas cidades.

Recife assim como outras diversas cidades do país é marcada pela desigualdade. É a desigualdade relacionada à economia que se soma a outras formas específicas de desigualdade, entre elas a urbana. As mudanças que ocorrem cotidianamente na cidade afetam de forma diferenciada os grupos sociais, então podemos dizer que por meio dos conflitos urbanos é possível ler a cidade e identificar seus pontos críticos e significativos.

Os conflitos são uma das possíveis formas de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades. Segundo Bobbio (1999), conflito é uma forma de interação que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos.

Assim, Acselrad (2004), conclui que os conflitos ambientais são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que se desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

A partir disso, objetiva-se neste artigo identificar situações conflituosas nas práticas de gestão e planejamento urbano e ambiental nas RPAs 1 (Região Centro) e 2 (Região Norte) da cidade de Recife/PE. Sendo essa identificação realizada sob a ótica da Sociologia dos Conflitos, mais precisamente o que Alonso & Costa (2002) denominam de “escola do processo político”, o que requer a compreensão do “contexto de interação”, ou seja, a vinculação entre o nível macro do problema ao nível da ação coletiva do movimento de atores.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Áreas de Estudo

Recife é a capital do Estado de Pernambuco, localizado no litoral nordestino e ocupa uma posição central, a 800 km das outras duas metrópoles regionais, Salvador e Fortaleza, disputando com elas o espaço estratégico de influência na Região. Possui uma área com 219, 493 km² de extensão, seu clima predominante é quente e úmido, altitude de 4 m, alcançando temperaturas médias de 25,2° C, e suas coordenadas geográficas são: latitude 8° 04' 03" S e longitude 34° 55' 00" W.

A Cidade tem sua área territorial composta de Morros: 67,43%, Planícies: 23,26%, Aquáticas: 9,31%, Zonas Especiais de Preservação Ambiental - ZEPA: 5,58% e Extensão de praia: 8,6 km. Sua divisão territorial consiste em 94 bairros distribuídos em 6 RPA's: RPA 1 - Centro: 11 bairros; RPA 2 - Norte: 18 bairros; RPA 3 - Noroeste: 29 bairros; RPA 4 - Oeste: 12 bairros; RPA 5 - Sudoeste: 16 bairros; e RPA 6 - Sul: 8 bairros (PREFEITURA DO RECIFE).

A RPA 1 – Centro, limita-se com todas as outras RPA's do Recife, formando um semicírculo, que parte do norte, passando pelo oeste, até o sul. O limite leste é o Oceano Atlântico. É formada por 11 (onze bairros): Boa Vista, Cabanga, Coelhoos, Ilha do Leite, Ilha Joana Bezerra, Paissandú, Recife, Santo Antônio, São José e Soledade. Apresenta uma população de 77.607 habitantes, distribuídos por uma área de 1.606ha e 22.579 domicílios (PREFEITURA DO RECIFE).

A RPA 2 – Região Norte, situa-se no limite com o município de Olinda, ao norte e à leste; com a RPA 3 à oeste e ao sul. A região é composta pelos bairros: Arruda, Campina do Barreto, Campo Grande, Encruzilhada, Hipódromo, Peixinhos, Ponto de Parada, Rosarinho, Torreão, Água Fria, Alto Sta.Terezinha, Bomba do Hemetério, Cajueiro, Fundão, Porto de Madeira, Beberibe, Dois Unidos e Linha do Tiro. Apresenta uma população de 201.002 habitantes, que ocupa uma área de 1.430ha, distribuídos por 45.307 domicílios (PREFEITURA DO RECIFE).

2.2 Os Conflitos Socioambientais nos Centros Urbanos

Partindo do entendimento que os conflitos socioambientais são caracterizados como disputas entre grupos sociais provenientes dos diferentes tipos de relações mantidas por eles com seu meio natural (CUNHA, 2003). A discussão desses conflitos, associados aos usos e à administração urbana, mostra uma grande necessidade de uma ótica que amplie e diversifique o foco das políticas de intervenção.

Os conflitos socioambientais das áreas urbanas são analisados pela ótica de duas vertentes: objetiva: litígios entre projetos de desenvolvimento; e a subjetiva: representação social e identidades culturais distintas. O enfrentamento desses conflitos são, por princípios, mecanismos socioeconômicos das mais valias urbanas, fundiárias e ambientais decorrentes de investimentos públicos (deficitários) ou mesmo a valorização artificial das terras.

Segundo Costa & Braga (2004), a tensão entre o uso público e privado dos recursos econômicos, sociais, culturais, bióticos e abióticos da cidade e de seu entorno mostra-se como foco principal dos conflitos ambientais urbanos brasileiros.

Os conflitos, no entanto, não podem ser reduzidos à dimensão das tensões do uso e ocupação do solo, mas deve se considerar que este é o aspecto que origina a maior parte dos conflitos relacionados à ambiente e cidade.

Devido à necessidade de caracterizar os atores envolvidos nos conflitos, as identificações são baseadas em Costa & Braga (2004) e Daniel (1988 apud COSTA & BRAGA, 2004) que os identificam como agentes econômicos (agrupamento de setores empresariais com interesses comuns cujas atividades econômicas estão condicionadas pelas ações de regulamentação e provisão de condições gerais de produção no âmbito local) e agentes sociais (agrupamento de instituições e/ou grupos sociais com interesses comuns cujas atividades de reprodução estão condicionadas pelas ações de regulamentação e provisão de bens comuns no âmbito local). Porém, existe uma aproximação dos agentes envolvidos e diversas desigualdades de acesso aos recursos de poder entre eles, tornando difícil o ajuste do conflito de interesses no plano local.

Vale ressaltar que segundo Viégas (2009) a busca pela resolução de conflitos parte de tendências verificadas na política ambiental e a inovações vindas da legislação ambiental, mesmo sendo afirmado por Bredariol (2008) que no Brasil não há uma tradição sobre negociação de conflitos na área de meio ambiente.

Portanto, percebe-se que cabe ao Estado regular, mas é nesse viés que encontramos inúmeros conflitos. Dentre eles, segundo Costa & Braga (2004), as disputas de interesses específicos entre os diversos setores do poder local relacionados aos objetivos e as políticas ambientais urbanas; a fragmentação política e administrativa da questão urbano-ambiental no interior da máquina administrativa; a desvinculação das demais políticas à política ambiental, o distanciamento entre as políticas propostas e a realidade dos processos de produção do espaço urbano, ausência de continuidade administrativa, entre outros.

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de auxiliar na fundamentação teórica sobre a área de estudo e na construção da revisão bibliográfica foram coletados dados referentes à cidade do Recife e suas RPAs 1 e 2, assim como aos temas relacionados à proposta do trabalho. Todas as informações foram coletadas em órgãos públicos, bibliotecas de instituições de ensino e pesquisa, e na Internet.

Para proceder a identificação dos conflitos socioambientais foram realizadas análises documentais, no que se referem às denúncias, processos e boletins de ocorrências ambientais gerados nos órgãos ambientais em questão, como o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH), Coordenadoria de Defesa Civil do Recife (CODECIR), Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana (EMLURB) e a 1ª Companhia Independente de Policiamento ao Meio Ambiente (CIPOMA). Também foi realizada a tabulação dos dados para proceder a identificação e compreensão do contexto sócio-político no qual se formam as situações conflituosas nas práticas das gestões e de planejamentos urbanos.

Após a identificação dos conflitos foi realizado um diagnóstico dos seus temas e agentes típicos, a fim de se obter uma maior clareza destas problemáticas e promover um aprofundamento no que concerne os interesses e valores intervenientes nos mesmos. Para realizá-lo foram utilizados dados secundários e informações complementares recebidas pelos órgãos ambientais no momento em que se realizaram as denúncias das situações conflituosas.

4 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados, referentes ao período de janeiro de 2008 a setembro de 2009, obtidos através das denúncias recebidas e dos processos gerados nos órgãos ambientais responsáveis, foram identificados nas RPAs 1 e 2 diversas categorias de conflitos (ver Tabela 1) estando elas separadas abaixo de acordo com o órgão na qual foram encontradas:

- MPPE - Poluição Sonora; Resíduos Sólidos; Poluição Sonora e Atmosférica.
- CIPOMA - Tráfico e comércio ilegal de animais silvestres; Supressão de vegetação e invasão de Reserva Ecológica e Unidade de Conservação; Reciclagem de lixo sem autorização; Apreensão de aves, peixes e outros animais Silvestres; Derrubada e Extração irregular de árvores e vegetação nativa; Prática de Pesca Ilegal; Poço tubular sem Licença; Comércio e venda de animais domésticos; e Supressão de vegetação, aterramento, despejo de resíduos sólidos, e invasão p/ construção em área de Manguezal.
- CODECIR - Supressão de vegetação, aterramento, despejo de resíduos sólidos, e invasão p/ construção em área de Manguezal.
- EMLURB, especificamente, na DLU- Diretoria de Limpeza Urbana - Resíduos Sólidos e Pavimentação e Drenagem.

Os dados obtidos na CPRH não foram utilizados, pois só foi possível obter informações gráficas referentes a toda região metropolitana do Recife ocasionando diversas dificuldades para proceder às identificações.

Os atores participantes das situações conflituosas identificadas, em sua maioria, mostram a fragilidade social representada por práticas de ações criminosas e também por reivindicações de ações preventivas e corretivas relacionadas à necessidade de uma melhor qualidade de vida e de políticas públicas mais eficientes. Esta fragilidade refere-se aos interesses e disputas diagnosticados nos dados obtidos (ver Tabela 1).

Tabela 1- Dados referentes às ordens de serviço, boletins de ocorrências ambientais, processos gerados e denúncias recebidas pelos órgãos no período de jan/08 até set/09

Categoria	Ano	Atores	Interesses e Disputas	Órgão	Local
Tráfico e comércio ilegal de animais silvestres	2008	Traficantes X Órgão fiscalizador	Geração de renda (traficantes) X Preservação da biodiversidade faunística	CIPOMA	Bomba do Hemetério
					Chã de Estrela
					Linha do Tiro
					Campina do Barreto
					Fundão de Dentro
					Linha do Tiro
	2009				Beberibe
Supressão de vegetação e invasão de Reserva Ecológica e Unidade de Conservação	2008	Moradores X Órgão fiscalizador	Necessidade de moradia X Cumprimento da Legislação Ambiental		Dois Unidos
Reciclagem de lixo sem autorização	2009	Reciclagem Imperial X Poder público	Interesses econômicos do proprietário X Cumprimento da Legislação Ambiental		Joana Bezerra
Aprensão de aves, peixes e outros animais Silvestres	2008	Criadores X Órgão fiscalizador	Interesses comerciais X Preservação da biodiversidade faunística		Arruda
Derrubada e Extração irregular de árvores e vegetação nativa	2008	Proprietário da residência X Poder público	Necessidade do proprietário de aumentar a área do terreno X Preservação da biodiversidade florística e arborização urbana		Campo Grande
Prática de Pesca Ilegal	2008	Pescadores X Órgão fiscalizador	Geração de renda X Preservação da biodiversidade faunística		Porto do Recife
Poço tubular sem Licença	2008	Hotel Fada X Órgão fiscalizador	Retirada e utilização de água subterrânea X Cumprimento das normas de outorga de uso para as águas		Bairro de Santo Antônio
Comércio e venda de animais domésticos	2008	Criadores X Órgão fiscalizador	Geração de renda X Preservação da biodiversidade faunística		Recife Antigo
Supressão de vegetação, aterramento, despejo de resíduos sólidos, e invasão p/ construção em área de Manguezal	2008	Moradores X Poder Público	Necessidade de moradia X Cumprimento da Legislação Ambiental referentes às áreas de APPs.	CODECIR	Joana Bezerra
					Linha do Tiro
					Dois Unidos
					Beberibe
					Bomba do Hemetério
					Alto Santa Terezinha
					Água Fria
		Sociedade X Moura Dubeux	Construção em área verde X Cumprimento da Legislação Ambiental referentes às áreas de APPs		Beberibe

Continua...

Continuação...

Categoria	Ano	Atores	Interesses e Disputas	Órgão	Local
Poluição Sonora	2009	Bar do Maxixe X População Local e Poder Público	Atração para os freqüentadores e interesses econômicos X Sossego dos moradores; horário-limite para som alto	MPPE	Dois Unidos
	2008	7 de Setembro Esporte Clube X Moradores Locais	Entretenimento dos sócios e Atividades esportivas X Sossego dos moradores		Água Fria
	2008	Moradores Locais e Poder Público X Igreja Pentecostal Brasil para Cristo	Sossego dos moradores; horário-limite para som alto X Desenvolvimento das atividades religiosas		Beberibe
	2008	Conjunto Habitacional do Jacarezinho X Moradores Locais e Poder Público	Atração para os freqüentadores das festas no Conjunto Habitacional X Sossego dos moradores; horário-limite para som alto		Campina do Barreto
Resíduos Sólidos	2009	UNICAP X EMLURB	Destinação de Resíduos Sólidos com menos custos X Destinação adequada de Resíduos Sólidos	MPPE	Santo Amaro
	2009	Moradores locais X EMLURB	Garantir o direito à limpeza urbana X Efetivar a garantia da qualidade de vida e saúde humana	EMLURB	Santo Antônio
	2008				Boa Vista
					Campina do Barreto
					Dois Unidos
					Campo Grande
					Cajueiro
					Alto Santa Terezinha
					Linha do Tiro
					Água Fria
					Beberibe
	Fundão				
	Hipódromo				
2008	Conj. Hab. Saramandáia e Capilé X EMLURB		Campo Grande		
Pavimentação e Drenagem	2009	Moradores locais X EMLURB	Garantir o direito de acesso às ruas onde residem de qualidade x Efetivar a garantia de acessibilidade da população	Campo Grande	
				Água Fria	
				Linha do Tiro	
				Cajueiro	
				Encruzilhada	
				Dois Unidos	
				Arruda	
Cajueiro					

Continua...

Continuação...

Categoria	Ano	Atores	Interesses e Disputas	Órgão	Local
Poluição Sonora e Atmosférica	2009	Armazém de Construção Santo Antônio X Moradores Locais	Execução de atividades X Sossego dos moradores; Cumprimento dos índices toleráveis de Poluição Atmosférica e de Ruídos	MPPE	Água Fria
	2008	Condomínio Edifício Uirapuru X Hospital Memorial do Recife	Manter o motor gerador em funcionamento X Sossego dos moradores; Cumprimento dos índices de Ruídos Poluição Atmosférica e emissão de fuligem		Boa Vista

Após identificar os conflitos foi possível confirmar o que apresenta a literatura sobre o assunto, pois nos conflitos realmente existe uma aproximação dos agentes envolvidos e diversas desigualdades de acesso aos recursos de poder entre eles, tornando difícil o ajuste do conflito de interesses no plano local.

É importante ressaltar que nas regiões ocorrem diversas situações conflituosas e cada uma delas atrelada a pontos críticos específicos que, por repetidas vezes, mesmo depois das intervenções dos órgãos, continuam a se repetir, demonstrando uma extrema necessidade de ampliação das ações.

Dentro desse contexto, nota-se a necessidade de atentar para a vulnerabilidade social e ambiental na qual estão inseridos os conflitos aqui apresentados. Podendo desta forma, indicar as possibilidades de ações para modificá-los e encontrar subsídios que possam contribuir para o sucesso do planejamento e implementação das intervenções a serem realizadas pelos órgãos ambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais** In: ACSELRAD, H. (Org). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALONSO, A.; COSTA, V. **Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil** In: ALIMONDA, H. (Org.) Ecologia Política. Natureza, sociedad y utopia. Buenos Aires, Clacso (Conferência Latino-Americana e Caribenha de Ciências Sociais), 2002.

BOBBIO, Norberto *et al.* **Dicionário de Política**. Vol.1. Brasília: UNB, 1999. p.225.

BREDARIOL, C. S. **O aprendizado da negociação em conflitos ambientais**. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/gt17_celso_bredariol.pdf> Acesso em 12/02/2010.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3.ed. São Paulo, Cortez, 1998.

COSTA, H.S.M.; BRAGA, T.M. **Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental** In: ACSELRAD, H. (Org). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004.

CUNHA, Ícaro. **Conflito ambiental em águas costeiras**. Ambiente & Sociedade. p. 83-98. 2003.

FELIX, R.P. **Conflito Social**. Disponível em: <http://www.marcelavarejao.com/LAVSTUD/glossario/conflito_social.htm> Acesso em 10/03/2010.

INSTITUTO PÓLIS. **Conflitos Sociais**. Disponível em:
<http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=23>. Acesso em 12/02/2010

MINISTERIO DAS CIDADES. **Conflitos urbanos: retratos da vida na e da cidade**.
Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/biblioteca/reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais/textos-diversos/conflitos-urbanos-retratos-da-vida-na-e-da-cidade/>>. Acesso em 12/02/2010

PREFEITURA DO RECIFE. **A cidade do recife**. Disponível
em:<<http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/inforec/>> Acesso em 10/03/2010

PREFEITURA DO RECIFE. **Estudos e Pesquisas**. Disponível
em:<<http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/inforec/estudos.php>> Acesso em 10/03/2010

PROJETOS AMBIENTAIS. **Conflitos sócio-ambientais no território urbano**. Disponível em:
<<http://projetosambientais.blogspot.com/2009/09/conflitos-socio-ambientais-no.html>> Acesso em 10/03/2010.

VIÉGAS, R. N. **As resoluções de conflito ambiental no cenário brasileiro**. Disponível
em:<<http://sec.adtevento.com.br/anpocs/inscricao/resumos/0001/TC0092-1.pdf>> Acesso em 12/02/2010.